

LEI Nº 3.549

DE 11 de JULHO de 2017.



"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL, EM REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO, PARA FINS DE ATUAR NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO PROGRAMA DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO BEM DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FUNDAÇÃO CRESCER). "

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIANÉSIA, ESTADO DE GOIÁS, aprova e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar contrato administrativo para prestação de serviços, por prazo determinado, para admissão de pessoal em caráter temporário, para atender a necessidade de excepcional interesse público da Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social da Fundação Municipal do Bem da Criança e do Adolescente (Fundação Crescer).

Parágrafo Primeiro - Poderão ser contratados:

I - 06 (seis) monitores de oficina de artesanato.

II –04 (quatro) Professores para o Curso de Aprendizagem em Auxiliar Administrativo. III – 02 (dois) Professores para o Curso Profissionalizante em Auxiliar Administrativo.

Parágrafo segundo - Serão 50% (cinquenta por cento) das vagas destinadas para convocação imediata e o restante de 50% (cinquenta por cento) para cadastro de reserva.

Art. 2º As contratações previstas no artigo 1º terão prazo de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, vedado o desvio de função.

Parágrafo 1º. Havendo vacância durante o prazo do contrato, poderá o município contratar em seu lugar outro profissional para preenchimento da vaga, convocando automaticamente o classificado dentro do cadastro de reserva.



- Art. 3º É proibida a contratação, nos termos desta Lei, de servidores das administrações direta e indireta da União, dos Estados e dos Municípios, exceto as acumulações permitidas pela Constituição Federal.
- **Art. 4º** Fica o Poder Executivo autorizado a realizar processo seletivo, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, visando ao preenchimento das vagas previstas nesta Lei.

Parágrafo único. Para fins de viabilização da seleção e classificação dos candidatos será constituída comissão, por ato do Prefeito, composta pelo:

- I 1 (um) representante da Secretaria da Promoção e Assistência Social;
- II 1 (um) pedagogo;
- III − 1 (um) representante do Departamento de Pessoal;
- IV 1 (um) representante da Procuradoria Municipal;
- Art. 5º Aplicam-se ao pessoal contratado os mesmos deveres, proibições e responsabilidades vigentes para os servidores públicos do Município.
- **Art.** 6º O contrato firmado, de acordo com os termos desta Lei, extinguir-se-á sem direito à indenização:
- I pelo término do prazo contratual;
- II por iniciativa do contratado;
- III por conveniência da Administração;
- IV quando o contratado incorrer em falta disciplinar.

Parágrafo único – Os valores de remuneração, carga horária e atribuições das funções constam do anexo único "Quadro I", integrante desta Lei.

- Art. 7º O contrato em caráter temporário fará jus, ainda:
- I à indenização de férias proporcionalmente ao tempo de serviço prestado;
- II ao adicional de férias proporcional ao tempo de serviço prestado;
- III ao décimo terceiro salário com base na remuneração integral;
- Art. 8º Os contratados, na forma desta Lei, serão segurados do Regime Geral da Previdência Social.



Art. 9º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias disponibilizadas para a efetivação do programa.

Art. 10° Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANÉSIA, ESTADO DE GOIÁS, aos 11 dias do mês de julho de dois mil e dezessete (11/07/2017).

Renato Menezes de Castro Prefeito de Goianésia



Nº DE VAGAS	NÍVEL DO CARGO	ÁREA DE CONHECIMENTO	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO
03 (três) imediatas e 03 (três) para reserva	MONITOR DE OFICINA DE ARTESANATO	Desenvolver atividades em sala de aula com alunos de 08 a 14 anos, de acordo com as necessidades da Fundação Crescer. Curso de ponto cruz, vagonite, ponto oitinho, crochê e tapete; ter experiência comprovada em sala de aula. Dominar diferentes técnicas de pintura e cartonagem, ter experiência em docência	40h	R\$ (1.358,00) Um mil trezentos reais.
02(duas) imediatas e 02(duas) cadastro reserva.	PROFESSOR PARA O CURSO DE APRENDIZAGEM EM AUXILIAR ADMINISTRATIVO.	Graduando em administração ou direito, informática. Informática Básica, Secretariado Administrativo. Experiência Em docência comprovada.	40h	R\$ (1.698,00) Um mil seiscentos e noventa e oito reais.
01 (uma) imediatas e 01 (uma) para reserva.	PROFESSOR PARA O CURSO PROFISSIONALIZANTE EM AUXILIAR ADMINISTRATIVO.	Graduação em Administração, Pós Graduação em Gestão de Pessoas, ter curso de Inglês e espanhol, Informática, experiência comprovada em docência.	40h	R\$ 2.151,00 (dois mil cento e cinquenta e um reais reais.)

